



PALAVRAS DA DRA. NELLY MARTINS FERREIRA CANDEIAS, PRESIDENTE DO IHGSP

É uma honra receber Sua Alteza Imperial e Real, o Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, no momento em que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo homenageia a Rainha Dona Maria I, *a Piedosa*, na data que evoca os duzentos anos de seu falecimento.



Os contatos da Família Imperial com este Instituto são antigos. Em novembro de 1946 tivemos a honra de receber a Princesa Dona Maria Pia, viúva de D. Luiz de Orleans e Bragança, e sua filha, Dona Pia Maria de Orleans e Bragança, avó e tia, respectivamente, dos Príncipes D. Luiz e de D. Bertrand. Suas nobres presenças deixaram entre nós a mais viva e perene saudade.

Dez anos depois, em 12 de maio de 1956, o Príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, pai de suas Altezas, então Chefe da Casa Imperial do Brasil, tornou-se Membro Honorário desta entidade. Faz-se referência em nossas atas à belíssima exposição de aquarelas de sua autoria.

A visita do Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, membro da Família Imperial Brasileira, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo é para nós privilégio digno do mais justificado orgulho.

É de lembrar a magnífica homenagem realizada conjuntamente pelo IHGSP e pela Faculdade de Direito da USP, em 2008, comemorando os 200 anos da vinda da Família Real para o Brasil, na presença de Sua Alteza Imperial e Real, o Príncipe Dom Luiz. Nesse dia histórico os 800 assentos do Salão Nobre da Faculdade de Direito foram ocupados.

São muitos ainda os problemas da nossa história em que, frente à apreciação falseada dos homens, a autenticidade dos fatos tem andado enredada em fantasias grosseiramente arquitetadas, todavia o que se refere à vida e morte de D.

Maria I tem merecido por muitos autores uma dissecação mais pormenorizada e mais atenta.

Ao nos referirmos à D. Maria Piedosa, no período de seu pai D. José I, vamos nos referir a quatro períodos da História de Portugal: a tentativa de regicídio em setembro de 1758; o processo dos Távora; a expulsão dos jesuítas; e o legado de D. Maria I, Rainha de Portugal.

D. José I nasceu em Lisboa, em Junho de 1714, e faleceu na Ajuda em fevereiro de 1777. Era filho do rei D. João V e da rainha D. Maria Ana de Áustria.

Cognominado *o Reformador* devido às reformas que empreendeu durante o seu reinado, D. José I foi intensamente influenciado pela política do seu primeiro-ministro, o Marquês de Pombal, que redefiniu as leis, a economia e a sociedade portuguesas, transformando Portugal num país moderno. O seu reinado durou entre 1750 e 1777.

Monarca sem filhos homens, D. José I entendeu que sua filha primogênita deveria casar-se com um príncipe português, por ser ela herdeira do trono de Portugal.

A continuidade dinástica da Casa de Bragança ficou assegurada com o seu casamento com Pedro III, irmão do Rei e tio da princesa, em 1760. O casal teve três filhos: o príncipe D. José, que faleceu jovem, D. João, o futuro D. João VI, e a infanta D. Mariana Vitória.

A tentativa de regicídio

Em 3 de setembro de 1758, D. José I, rei de Portugal, vindo clandestinamente de um encontro amoroso, sofreu um atentado a tiros. Ainda que não com demasiada gravidade, o incidente serviu para que seu Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, aproveitasse esse episódio para desencadear uma implacável perseguição contra seus adversários, a aristocracia, particularmente a família Távora, e os jesuítas.

O processo dos Távora em 1759

Os Távora jamais conspiraram contra o Rei. Eles apenas pretendiam libertar o Rei do domínio de Pombal. A família foi injustamente acusada, pelo Marquês de Pombal, de “conspirar contra o Rei”, que desejava quebrar e abalar a nobreza lusa, sujeitando-a inteiramente a um rei absolutista, dominado por seu todo-poderoso primeiro-ministro.

O Marquês de Távora, que tinha sido governador da Índia, tentou ser recebido pelo Rei, mas Pombal sempre se empenhou em impedir o Rei de ouvir diretamente seu leal servidor.

A família Távora representava o velho Portugal, anterior ao absolutismo, e



Pombal se aproveitou do “atentado” para eliminar dois de seus adversários, a velha Nobreza e a Companhia de Jesus. E assim procedeu.

Movida pelo orgulho e pela ambição, mas também por sua preocupação com os negócios do Reino de Portugal, a Marquesa de Távora não ocultava o desdém que sentia pelo Marquês de Pombal e por seu Ministério. Sua casa tornou-se assim um local onde se reunia a oposição contra Pombal, que estava ciente disso.

O processo contra os Távora foi absolutamente irregular, com testemunhas compradas e “confissões” arrancadas por meio de torturas bárbaras. Nada de concreto havia que demonstrasse a participação dessa família no “atentado” que lhe foi atribuído, sem jamais ter sido comprovado.

Acusada de ter sido a primeira instigadora da tentativa de assassinato do rei D. José I, a Marquesa de Távora, bem como sua família, foram presos em dezembro de 1758, e levados ao Palácio de Belém. Em janeiro de 1759, a execução foi violenta: ela e toda a sua família foram impiedosamente mortas e seus bens confiscados pela Câmara Real. Os empregados foram queimados, tudo tendo à volta o alarido frenético da alegria popular.

D. José I assim procedeu para que nunca mais a nobreza se rebelasse contra a autoridade régia. Esse tenebroso episódio é denominado na História de Portugal como “O Processo dos Távoras”.

A expulsão dos Jesuítas

Segundo alguns historiadores, a história da educação na América Portuguesa, pode ser dividida em duas fases: antes e depois da expulsão dos jesuítas no reinado de D. José, em 1759. A expulsão é um episódio das “Reformas Ilustradas”, promovidas pela Coroa portuguesa a partir de 1750, marco inicial das reformas educacionais patrocinadas pelo Marquês de Pombal e continuadas por D. Maria I após sua queda.

A modernização do Estado exigia outros tipos de parceiros em sua marcha para o progresso. Como os jesuítas eram a maior e mais influente ordem religiosa nos domínios portugueses, foram os primeiros a serem expurgados.

Os jesuítas, como educadores, dominavam o sistema de ensino em Portugal e no Ultramar. Além disso, tinham um patrimônio cultural invejável, motivo mais do que suficiente para se tornarem uma ameaça para a implementação do sistema vigente. Por esses fatos, tornaram-se alvo do Marquês de Pombal, que iniciou uma campanha anti-jesuítica com acusações que se alastraram por toda a Europa.

Em setembro de 1759, um ano após a tentativa de regicídio a D. José, Pombal expulsou os jesuítas da metrópole e das colônias, confiscando seus bens, sob a alegação de que a Companhia de Jesus agia como um poder autônomo dentro do Estado português.

Até 1759, a Companhia de Jesus foi o principal agente da educação escolar, com vários colégios, voltados para a formação de clérigos e leigos, sendo o colégio da Bahia o mais importante deles. Outras ordens religiosas também se dedicaram à educação escolar na colônia, como as ordens dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas, mas não alcançaram projeção.

O marquês reconhecia que os jesuítas representavam uma poderosa organização da administração portuguesa e de sua política e, por serem contra as reformas pombalinas, foram expulsos de Portugal e do Brasil, tendo os seus bens confiscados em 1759. Pombal não só se livrou daqueles que atrapalhavam seus planos, como lucrou com o confisco de suas terras e demais bens.

Declaro os sobreditos regulares (os Jesuítas) (...) rebeldes, traidores, adversários e agressores que estão contra a minha real pessoa e Estados, contra a paz pública dos meus reinos e domínios, e contra o bem comum dos meus fiéis vassallos (...) mandando que sejam expulsos de todos os meus reinos e domínios.

Ao fim do governo e mesmo pretendendo trazer diversas melhorias para a Coroa, Pombal não conseguiu manter-se no cargo após a morte de Dom José I, em 1777. Seus opositores o acusaram de autoritarismo e de trair os interesses do governo português. Com a saída de Pombal do governo, as transformações sugeridas pelo ministro esclarecido encerraram um período de mudanças que poderiam amenizar o atraso econômico dos portugueses.

A “Viradeira”

D. Maria I começou a governar em 24 de abril de 1777, após a morte de D. José I e terminou em 1816. Dona Maria I se casou em 1760 com o seu tio Dom Pedro III, dando início à chamada “Viradeira”, isto é, a virada do regime que trouxe ao poder os inimigos do Marquês de Pombal, que governara o país no reinado do seu pai.

Seu primeiro ato como rainha, foi a demissão e exílio da corte de Pombal, a quem nunca perdoara a forma brutal como tratou a família Távora durante o Processo dos Távoras.

D. Maria I procurou anular gradativamente a política de Pombal e organizou um novo governo para reatar a tradição monárquica e resolver os problemas suscitados pelo Regime Pombalino. Afastado, o Marquês de Pombal pediu a demissão de “todos os lugares” que ocupara, passou a ser perseguido pela rainha e adeptos, até sua morte alguns anos depois.

Contudo, algumas medidas da administração pombalina foram mantidas, como, por exemplo, a participação de membros da burguesia nos negócios do Estado e os estímulos à educação e à ciência, com a criação de vários órgãos e instituições voltados para a pesquisa.



Rainha amante da paz, dedicada a obras sociais, concedeu asilo a numerosos aristocratas franceses fugidos ao Terror da Revolução Francesa. Perdoou aos criminosos do Estado que lhe pareceram dignos desse ato.

A animosidade que sempre existiu entre os príncipes do Brasil e o marquês de Pombal e o desejo deste de ver D. Maria renunciar ao trono em favor de seu filho D. José, não permitiram à futura rainha que se familiarizasse com os assuntos políticos. No entanto sentiu-se que três preocupações absorveram o seu espírito desde os primeiros tempos do seu reinado: reparar as ofensas a Deus, moralizar a vida pública e governar em certos campos de uma forma mais progressiva.

Seu reinado foi de grande atividade legislativa, comercial e diplomática, na qual se pode destacar o tratado de comércio que assinou com a Rússia em 1789. Desenvolveu a cultura e as ciências, com o envio de missões científicas a Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique.

No âmbito da assistência, fundou a Casa Pia de Lisboa; nos domínios da Instrução, a criação de numerosos institutos de ensino, desde a Academia Real da Marinha em 1779, até a Aula Pública de Desenho em 1781, o Instituto das Salécias em 1782, e a Real Biblioteca Pública da Corte, a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho em 1790, e, sobretudo, a fundação da Academia Real das Ciências em 1779.

Tudo isto foi feito sem ter que violentar a Nação, levantar forcas, armar cadafalsos, encher enxovias, expulsar os jesuítas, perseguir a nobreza e chacinar a plebe. Tudo isto foi feito com brandura e equilíbrio modelares, dentro do serviço do bem comum. Durante o reinado de D. Maria I, Portugal viveu uma era de largo desenvolvimento e de oportunas reformas.

Foi denominada de *Piedosa* por ser muito devota e ter mandado construir a Basílica da Estrela, dedicada ao Coração de Jesus, devoção no tempo em expansão.

A morte do marido e logo a seguir a do filho primogênito D. José, afetaram-lhe irreversivelmente a razão. Nos últimos vinte e cinco anos de vida, o governo português passou a ser desempenhado pelo outro filho e sucessor, o futuro rei D. João VI, como Príncipe-Regente.



DONA MARIA I, RAINHA DO BRASIL

IBSEN JOSÉ CASAS NORONHA*

No dia 16 de dezembro de 1815 foi criado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A ideia de elevação do Brasil a Reino foi, certamente, de grande inspiração e também um ato de Justiça.

O texto do decreto assinado por Dom João, Príncipe Regente, que criou o Reino Unido, é de grande beleza e declara, logo no seu início:

Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem, que tendo constantemente em Meu Real Animo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados, que a Providencia Divina confiou ao Meu Soberano Regimen...

Importa realçar a concepção transcendente do poder que o Príncipe Regente reafirma. A visão de mundo do Antigo Regime ainda estava bastante marcada pelo pensamento jurídico-político que fundamenta o exercício do Poder no serviço de Deus.

Mas não era apenas o Poder que estava marcado pela sacralização. Todos os aspectos da vida estavam, de uma forma ou de outra, plenos de concepções que eram informadas pelo respeito a tradições e modos de ser e agir que nada mais são que produtos de uma Civilização.

O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves teve uma Rainha! E essa Rainha, cuja memória evocamos hoje aqui nesta sessão, foi a primeira Rainha do Brasil, representando, em muitos aspectos, a fidelidade às tradições e a percepção da necessidade da sacralização da vida social. Dona Maria I merece a Justiça da História.

Rainha Piedosa e Fidelíssima

O Papa Bento XIV, em 1748, concedeu a Dom João V, muito querido avô de Dona Maria, o tratamento de Fidelíssimo para que fosse usado pelos soberanos

* Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, professor de História do Direito e História da Administração Pública na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

de Portugal. Poderia ousar afirmar que o cognome de **a Piedosa**, pelo qual ficou conhecida a Rainha Dona Maria I, consagra o perfeito conúbio com o tratamento concedido pelo Sumo Pontífice aos soberanos de Portugal, e que foi usado pela primeira Rainha do Brasil.

De fato Dona Maria foi piedosa e fidelíssima. E são esses dois atributos que gostaria de salientar nesta tarde aqui em São Paulo...

Lisboa a viu nascer no dia 17 de dezembro de 1734, no Paço da Ribeira. Seu Pai era, então, Príncipe do Brasil, título tradicional que Dona Maria irá usar a partir de 1750.

Num discurso proferido na Academia de Ciências exatamente um ano após a sua morte, José Bonifácio de Andrada escreve:

Nos deveres da fé, no Amor da Santa Religião, que professamos, ninguém excedeo a Maria, bem poucos a igualarão. Que dia houve desde a sua mais tenra mocidade, em que ella se não empregasse em afavoradas orações? Que dia houve em que seus olhos não arrebatassem em devoto pranto, prostrado ante os altares de seu Deos! Quantas outras provas fazia ella da sua piedade! Para se humilhar ante a Divindade muitas vezes pelas sêdas, e cambraias do leito mudava huma manta grosseira; pelas sobegidões da meza Real hum pedaço de pão secco, quando muito acompanhado de um simples conducto. E para dizer tudo de huma vez, em tudo se lhe transluzia hum coração inflamado em pura religião; e estava esta, por assim o dizer, transvazada em sua alma de modo, que em nenhum tempo da sua existência andava apartada della; e toda a sua vida foi huma copia fiel do original que tinha gravada no intimo do seu peito*.

* * *

Gostaria de lembrar, primeiramente, às Senhoras e aos Senhores, a criação da Real Casa Pia de Lisboa, em 1780. Nesse mesmo ano a Rainha D. Maria I nomeara como Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino o Dr. Diogo Inácio de Pina Manique, que se manteve em funções até 1805. A preocupação com os desvalidos marca a atuação dessa instituição comandada por Pina Manique, que formava solidamente a moral de órfãos e os preparava para o exercício de uma profissão. Tendo sido instalada originariamente no Castelo de São Jorge, pos-

* *Elogio Academico da Senhora Dona Maria Primeira*, recitado por José Bonifácio, em sessão publica da Academia Real de Sciencias de Lisboa, aos 20 de Março de 1817, Rio de Janeiro, Na Typ. Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1839, pp. 14-15.



suía diversas casas de acolhimento e formação. A casa de Santa Isabel recebia órfãs de tenra idade e a de Santo António órfãos para receber as primeiras letras. Também havia o colégio de São José, espécie de creche para crianças órfãs que não haviam alcançado a idade de iniciar a aprendizagem.

Ainda possuía a Real Casa Pia escolas superiores: um colégio onde era ensinado o alemão e a escrituração mercantil; o colégio de São Lucas onde se ensinavam as ciências. Os alunos frequentavam aulas de farmácia, desenho, gramática latina, anatomia, inglês, francês e princípios de navegação. A partir dessa formação, segundo as vocações, os alunos seguiam para outras instituições para aprofundarem seus conhecimentos.

O espírito da instituição estava vincado na ideia de que a instrução não poderia ser separada da formação moral. Por isso os alunos da Real Casa Pia aprendiam *as obrigações de católicos romanos*.

Para além de muitas atribuições – que pediriam uma palestra sobre o tema, pois é difícil conceber hoje a sua eficiência – a Casa Pia casava órfãs beneficiando-as com dotes avultados. Os novos casais eram destinados a colonizar terras do imenso Portugal daquele tempo. Sabe-se que até 1795 a Casa Pia já tinha patrocinado 91 casamentos.

A proteção da Rainha, que visitou frequentemente a Casa Pia, foi fundamental para o desenvolvimento da instituição, que teve o seu apogeu no final do século XVIII e no início do século XIX, tendo sido interrompido pelas invasões francesas.

* * *

Durante os primeiros quinze anos do seu reinado foi necessário restabelecer as relações com a Santa Sé, que haviam sido rompidas devido à hipertrofia das concepções sobre o poder então em voga em Portugal, o chamado regalismo.

As doutrinas de Febronius haviam sido introduzidas na Universidade de Coimbra e as suas teses – que enfraqueciam o poder do Papa e propugnavam a nacionalização da Igreja Católica – influenciaram as relações com a Igreja durante o consulado pombalino. Apesar de o *De Statu Ecclesiae*, e do *Legitima Potestate Romani Pontificis*, de Febronius terem sido condenados pelo grande Bispo de Coimbra, Dom Miguel da Anunciação em 1768, sabe-se que as doutrinas dessas obras vicejaram e foram o fundamento para o distanciamento do Papado propugnado por Pombal. O prelado de Coimbra foi preso devido à Carta Pastoral que publicou condenando os erros doutrinários que já preparavam a Revolução Francesa.

A fidelidade de Dona Maria ao trono de São Pedro será bastante notável na reaproximação e no efetivo reatamento das relações com a Santa Sé, que se deu logo nos primeiros anos do seu reinado.

Numa Carta datada 3 de abril de 1777, do Cardeal Palaviccini, Secretário de Estado de Pio VI, ao Núncio Apostólico em Lisboa, se expressava o contentamento do Santo Padre *ao sentir as luminosas provas de religião e piedade, com que os novos soberanos haviam assumido a Monarquia... e augurava os mais felizes e gloriosos progressos...*

O reinado anterior havia suspenso a admissão às ordens sacras. Tal disposição foi revogada.

O novo reinado determinou a devoção do terço para as tropas. E essa tornou-se a oração habitual dos oficiais e soldados que deveriam alargar o tempo que dedicavam aos atos de religião.

Pombal, logo após o rompimento das relações com a Santa Sé, determinou que fossem excluídos do hagiológico português os nomes de Santo Inácio de Loiola, de São Francisco Xavier e de São Francisco de Bórgia. A Rainha soberana ordenou o restabelecimento do culto dos Santos jesuítas – tão ligados à História dos Descobrimentos e da Missionação.

O Bispo de Coimbra voltou à sua Diocese, num ato de estrita justiça. Dom Miguel da Anunciação, envelhecido e doente após anos de maus tratos e cativo, regressou à sede do seu apostolado. Foi reparada a injustiça e a chegada à Diocese de Coimbra foi uma verdadeira apoteose, tendo ocorrido todo o Povo fiel, num cortejo que está gravado nos anais da História da cidade do Mondego. E cuja cerimónia na Sé foi marcada pela beleza litúrgica e a imponência na reafirmação dos poderes espirituais daquele exímio e exemplar sucessor dos Apóstolos.

Em 1778 foi estabelecida nova Concordata entre Portugal e a Santa Sé. A Rainha ratificou o acordo a 11 de agosto e o Papa Pio VI no dia 10 de setembro. A Concordata corrigiu os abusos do regalismo. Durante quase meio século esteve em vigor e regulou as tão importantes relações que marcam a História de Portugal desde a *Manifestis Probatum*.

* * *

Impossível não referir, com certa emoção, o culto e a devoção que a Rainha Dona Maria I fomentou em Portugal. O Sagrado Coração de Jesus – que desde o século XVII deveria ter sido venerado em França a partir das aparições em Paray-le-Monial – teve, de fato, o seu dia consagrado no calendário litúrgico português graças à Rainha.

Em 6 de Junho de 1777, na Igreja da Bemposta, foi celebrada com grande pompa a primeira festa do Sagrado Coração de Jesus.

Mas a Rainha, que formulara voto de mandar edificar um templo que fosse consagrado especialmente ao Sagrado Coração de Jesus, decidiu cumpri-lo e, em 24 de outubro de 1779, foi lançada a primeira pedra, por Dom Pedro III, da hoje famosa Basílica da Estrela.



A piedosa e magnânima intenção acabou por edificar o primeiro templo consagrado ao Sagrado Coração de Jesus em toda a Cristandade.

Rainha do Brasil

O poder espiritual em Portugal, no Reinado de Dona Maria, voltou a ser exercido pelas autoridades legítimas e equilibraram-se as relações com o poder temporal. A doutrina gelasiana, fundamento da publicística cristã, foi recuperada após o interregno do despotismo iluminista.

Pode-se ponderar que as duas décadas de hegemonia do regalismo que precederam o novo Reinado haviam rompido com o regime tradicional da Monarquia portuguesa. As normas tradicionais foram relegadas e substituídas pelas normas racionalistas que traduziam a moda jusracionalista importada da Europa protestante.

A sociedade orgânica, regida pelas leis tradicionais e pelos bons ofícios do trono e do altar, fora ferida pelas concepções contratualistas que preparavam as grandes conturbações que se aproximavam.

As cerimônias de aclamação da Rainha tiveram lugar no Terreiro do Paço a 13 de maio de 1777 – dia em que Dom João completava 10 anos de vida; o Príncipe, durante a cerimônia, tinha a espada desembainhada, pois desempenhava as funções de Condestável nesse dia!

A liturgia da aclamação e do juramento reafirmavam todas as concepções de séculos de tradições renovadas. Teorias e doutrinas se manifestavam tendencialmente nos atos e gestos naquele dia esplêndido em Lisboa – como notaram os cronistas.

Foi uma Missa pontifical que deu início às festas. Clero, Nobreza e Povo estavam presentes tanto no cortejo quanto na multidão que se aglomerava no Terreiro do Paço.

A Rainha vinha imponente e merece leitura a descrição feita pelo cronista:

Vinha a Rainha Nossa Senhora riquissimamente vestida com o precioso manto de tafetá tecido com fio de prata, e recamado com lantijolas, canutilhos e palheta; o assento que parecia totalmente coberto de ouro; o peitilho, e corpo interior era todo guarnecido com flores de brilhantes de excessivo preço, e admirável artifício; vendo-se pendente da fita cor de fogo a Cruz da Ordem de Cristo, composta de diamantes brilhantes de uma extraordinária e pasmosa grandeza: igualmente se admirava no mais adorno ricos adereços, e jóias, d'onde pendião diversos, e preciosos fios de brilhantes de inexplicável preço. O toucado fingia uma Coroa Imperial tecida de inumeráveis diamantes, cingindo-lhe com tal

arte a Regia fronte, que figurava ser de uma so pedra sem semelhante na preciosidade, e bom gosto: sobre o mesmo vestido lhe accomodarão o Manto Real de volante carmesim tecido com fio de prata, que pendendo dos hombros, se via forrado da mesma tela, tendo vinte e dous palmos no comprimento da cauda, guarnecido pelas extremidades com renda de ouro: o corpo do manto, bandas e forro erão recamados de ouro, interpostas lantijolas, canutilhos e palheta; vendo-se no grande campo sementeados em proporcionadas distancias cento e vinte castelos com as Reaes Quinas, tecidos com fio de ouro: seguravão o dito Manto Real duas presilhas de brilhantes de imponente custo.

Ao sentar-se no trono a Rainha recebeu o cetro de ouro esmaltado. O Desembargador do Paço, José Ricalde Pereira de Castro, proferiu a fala da aclamação.

O orador invocou a origem divina do poder, doutrina que, na Península, pode remontar-se a Santo Isidoro de Sevilha na época visigótica.

Exaltou a piedade e a clemência da soberana...

Terminado o discurso passou-se à cerimônia do juramento. A Rainha ajoelhou-se e pôs a mão direita sobre o missal e o crucifixo que segurava o Patriarca, e disse:

Juro, e prometo com a graça de Deus vos reger, e governar bem, e diretamente, e vos administrar justiça, quanto a humana fraqueza permite; e de vos guardar vossos bons costumes, privilégios, graças, mercês, liberdades, e franquezas, que pelos Reis Meus Predecessores vos foram dados, outorgados, e confirmados.

Foi renovado o pacto entre a Rainha e a nação!

As descrições dos festejos impressionam. A aclamação foi marcada pelo entusiasmo.

No já citado *Elogio Academico da Senhora Dona Maria Primeira* José Bonifácio lembrava que *nenhum monarca português fora aclamado com mais vivas de alegria, nem maiores esperanças.*

* * *

Encerrarei estas breves palavras fazendo alusão ao início da exposição: a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves!

A criação do Reino Unido pelo decreto assinado pelo Príncipe Regente assinalou a elevação do Brasil à posição que merecia no concerto das Nações. Era um imenso Brasil que atingia a maioria e precisava seguir o seu caminho na



História da humanidade. Os laços com o Reino de Portugal eram muito fortes, mas era preciso começar a trilhar o caminho que a Providência, desde toda a Eternidade, havia desejado.

E é belo, extremamente belo, que a primeira Rainha do Brasil seja Dona Maria, cujo breve reinado – de 16 de dezembro de 1815 a 20 de março de 1816 – simboliza, de tantas maneiras, a piedade, a devoção, a fidelidade e vocação da História de Portugal.

Os sofrimentos de Dona Maria podem ser vistos como um sinal para aquele novíssimo Reino do Brasil. Um Reino que já contava com mais de três séculos de História, que terá na elevação da Santa Cruz e na celebração da primeira Missa por Frei Henrique de Coimbra também um sinal da sua vocação. Nascia o Brasil para se tornar o maior país católico do mundo, um país que adora um Deus crucificado.

A memória da vida de Dona Maria I, das suas venturas e desventuras, alegrias e sofrimentos, vitórias e derrotas, são, para dizer tudo, a vida de uma Rainha Fidelíssima!

No último dia 20 de março estive na Basílica da Estrela e, junto ao túmulo da Rainha, pude pensar em muitas coisas, dentre elas a finalidade da vida. Estou convicto que Dona Maria cumpriu a sua missão.



D. MARIA I: VISÃO GERAL DE UM REINADO ESQUECIDO

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS
(*sócio emérito do IHGSP*)

É muito oportuna a homenagem hoje prestada, neste Instituto, à memória da Rainha D. Maria I, de Portugal, do Brasil e dos Algarves. Uma rememoração de seu reinado, de sua figura, de seu papel na história, já nos foi apresentada com rigor pela Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias. Os vínculos profundos que teve com o nosso Brasil – como princesa do Brasil, como primeira soberana europeia que atravessou o Atlântico e aqui veio ter, em domínio seu, como Rainha aclamada do Brasil enquanto Reino Unido a Portugal e, por fim, tendo aqui falecido e aqui sido sepultada – já foram recordados por meu amigo Prof. Ibsen Noronha. Antes de ouvirmos o que tem a nos dizer, a respeito dela, seu descendente direto, o Príncipe Imperial D. Bertrand de Orleans e Bragança, gostaria apenas de dizer algumas breves palavras. Não apresentarei senão uma visão geral do seu reinado, apenas para situá-lo na História e destacar a importância enorme que teve para a história de Portugal e do Brasil.

O reinado de D. Maria se insere, claro, na História de Portugal, e esta se insere na História da Europa, da Civilização Ocidental e Cristã, do mundo inteiro.

Dentro desse amplo espectro, qual o papel de D. Maria e de seu reinado?

As monarquias europeias em geral foram minadas, desde o fim da Idade Média, por um longo processo de destruição, que merece ser lembrado.

No Medievo, os reis tinham um poder moral muito grande, mas seu poder, em termos de interferência na vida do país, do povo, das pessoas, era extremamente reduzido. O rei não era um gerente, um dono, um ditador, mas era, para usar a metáfora que o Príncipe D. Bertrand gosta de citar em suas conferências e entrevistas, um maestro. Qual o papel do maestro numa orquestra? Não cabe ao maestro tocar os instrumentos; não cabe a ele, nem sequer, tocar um instrumento específico. O maestro apenas coordena os numerosos músicos que tocam, cada qual seu instrumento, garantindo que o conjunto seja harmonioso. Ele zela pelo compasso, para que nenhum se apresse ou se atrase, ele zela para que cada qual faça ouvir seu som na hora certa, nem antes nem depois. Sem maestro, por melhores que fossem os músicos, o conjunto desandaria. Com maestro, tudo se ordena, tudo caminha bem.

Para nós, que estamos acostumados a ver, nos dias de hoje, os governos

interferirem a todo momento na nossa vida sem pedir licença a ninguém, estabelecendo normas que regem a tudo, até nos pormenores, que legislam sobre o que cada um de nós deve fazer até no íntimo do lar, dentro de nossos automóveis, no modo de educar nossos filhos, na comida que podemos ou não podemos consumir, nos remédios que podemos ou não podemos usar etc. etc. – não é fácil fazer ideia de como eram amplas as liberdades individuais nos tempos das antigas monarquias. Um rei de Portugal, por exemplo, no tempo da monarquia absoluta, não podia criar um imposto novo, ou modificar a finalidade de um imposto já existente, sem prévio consentimento da chamada “*Casa dos Vinte e Quatro*” (organismo que reunia os representantes dos ofícios mecânicos de Lisboa e, como tal, representava o elemento popular do Reino), ou, conforme o caso, das Cortes Gerais (grandes assembleias convocadas de tempos em tempos pelo monarca, da qual participavam representantes das três classes, ou, como se chamavam, dos três *Braços* ou *Estados* da nação: Clero, Nobreza e Povo)*.

Tão firme e estabelecida era, consuetudinariamente, essa praxe, que causou grande escândalo o fato de o Marquês de Pombal ter, em 1762, restabelecido unilateralmente um antigo imposto, a “*décima sobre todos os bens, rendas, ordenados, maneios e ofícios deste Reino para se acudir às despesas da guerra*” **.

Hoje, segundo a Revista “Veja” noticiou recentemente, 90 novas determinações legais (a nível nacional, estadual ou municipal) são expedidas a cada hora, somente em matéria tributária. Sim, a cada 40 segundos entra em vigor, em alguma parte do Brasil, uma nova norma em matéria tributária – e o sentido geral delas é, invariavelmente, o de aumentar ainda mais a nossa carga tributária.

Naqueles tempos, toda a sociedade se estruturava em níveis hierárquicos, com os três Estados, ou Braços da Nação, mas toda integrada harmonicamente, de modo muito familiar. A família era o analogado primário de toda a organização social e política. A nação era, como explica muito bem o historiador francês Frantz Funck-Brentano, uma imensa família, constituída não por indivíduos, mas por famílias, as quais se constituíam por sua vez de indivíduos.

E o Pai era, por sua vez, o analogado primário de todas as autoridades. O rei era o Pai dos Pais, o pai do seu povo. Na empresa, a autoridade era do Patrão – palavra que tem origem em *pater*, pai. O patrão mandava, mas também era como que pai – e isso era geral na Europa, nas corporações de ofício, depois

* Cfr. Luiz de Almeida Braga, *Paixão e Graça da Terra* (Civilização Brasileira, Rio, 2ª ed., s/d, pp. 212 a 217 e 266 a 268); Visconde de Santarém, *Memórias para a História, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos Tres Estados do Reino*, (Lisboa, Imprensa Regia, dois volumes, 1827-1828); António Sardinha, *A Teoria das Cortes Gerais*, (redigida para servir de prefácio à 2ª. edição da obra clássica do Visconde de Santarém – Biblioteca do Pensamento Político, Lisboa, 1975).

** Cfr. Pe. Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, s/d, vol. 12, pp. 18-19.



disso nas indústrias manufatureiras, até que a chamada Revolução Industrial, mais ou menos na passagem do século XVIII para o XIX, criou condições novas e revolucionou profundamente os ambientes de trabalho: os operários deixaram de ser filhos, passaram a ser opositores dos seus patrões.

Na família, sobretudo, isso se notava de modo muito claro: o pai era o chefe da família, o rei do seu lar. A mãe era a rainha. Que fazia o pai? cuidava do patrimônio, o *patrio munus* (dever do pai). A mãe cuidava como rainha do lar, da administração doméstica, sobretudo da educação dos filhos. Qual era o dever da mãe? era o *matris munus*. As palavras patrimônio e matrimônio têm, aí, sua origem.

Pois bem, nas antigas monarquias era muito íntimo o relacionamento dos monarcas com seus povos. Não havia um distanciamento que depois se generalizou e que nas atuais repúblicas chega a extremos incríveis.

Na França medieval, qualquer popular podia ser atendido pelos reis, diretamente, e pedir justiça. Mesmo nos tempos de Luís XIV, Luís XV e Luís XVI, às vésperas da Revolução Francesa, os palácios reais eram abertos e podiam ser visitados livremente. Uma curiosidade: só podia comparecer diante do rei quem estivesse armado. Por quê? Porque andar armado era privilégio da nobreza e quem estivesse diante do rei ou estivesse dentro do palácio do rei como visitante, mesmo que fosse uma pessoa muito simples, naquele momento se via elevado à dignidade e à categoria de nobre, porque a nobreza pessoal do rei transbordava de sua pessoa e contagiava a todos que se aproximavam dele.

Funck-Brentano conta que, na entrada de Versailles, havia até umas barraquinhas de comerciantes que alugavam espadas, para as pessoas do povo que queriam visitar o palácio e somente poderiam entrar se estivessem armadas. Compare-se com as revistas que hoje são feitas em qualquer palácio de governo...

Em Portugal, os reis tinham íntimo contato com seu povo. “*Justiça, Senhor!*” era um brado que o rei, quando ouvia, tinha imediatamente que atender. Qualquer pessoa tinha o direito de solicitar justiça ao rei, diretamente e sem quaisquer intermediários, usando essa fórmula. Ao ouvi-la, o rei era obrigado a parar e atender imediatamente o solicitante. Fazia-se, assim, justiça pronta e sem burocracias, a qualquer pessoa que dela tivesse necessidade. Havia pessoas que se deslocavam até Lisboa, ou até outro local em que estava o rei, apenas para dele obterem um julgamento justo, rápido e sem nenhum ônus econômico. Uma única situação ocorria em que o rei não atendia a esse brado. É quando estava acompanhando alguma procissão ou cortejo em que estivesse sendo levado o Santíssimo Sacramento. Isso era muito comum. Quando um sacerdote era chamado a levar o Viático a algum moribundo, isso se fazia cerimonialmente. O sacerdote ia paramentado, precedido por acólitos que levavam velas e tocavam uma campainha, para todos os passantes se ajoelharem, os homens tirarem o

chapéu etc. Era muito comum, nessas ocasiões, as pessoas do público se incorporarem ao séquito e acompanharem o Santíssimo até a casa do moribundo, em atitude de respeito e piedade. Quando acontecia de um rei se encontrar com um cortejo desses, ele também descia de seu cavalo ou de sua carruagem e acompanhava a pé o séquito. Nessas ocasiões, ninguém o tratava como rei, porque diante de Jesus Cristo, o Rei dos reis, o soberano terreno não recebia honras especiais. Era a única ocasião em que ninguém podia se dirigir ao rei com o brado "Justiça, Senhor!"...

Pois bem, esse equilíbrio geral da sociedade, estruturada à maneira de uma imensa família, foi sendo minado lentamente, desde o fim da Idade Média. E foi minado de um modo muito curioso.

Inicialmente, numa primeira fase, foi inflado, e desmedidamente, o papel do Rei. A monarquia, de natural, orgânica e familiar, com a soberania não apenas concentrada na pessoa do Rei, mas disseminada em todos os níveis, até nos mais modestos, por toda a sociedade, essa monarquia tornou-se absoluta. Todos os poderes do Estado se foram concentrando, pouco a pouco, na pessoa do Rei. O Rei se identificava com o Estado e com a própria Nação.

A nobreza, que no passado era vista como um prolongamento e um desdobramento da autoridade do Rei, passou a ser vista como uma força que se opunha ao Rei, de um lado, e ao povo, de outro. Passou a ser vista como uma classe que devia ser combatida e extinta. E uma nova classe, a burguesa, foi cada vez mais tomando o controle econômico da situação. Essa classe dirigente nova, afinal, tomaria o poder com a Revolução Francesa e mais tarde, na Revolução Comunista, se tornaria, por sua vez, a inimiga número um do povo, a celerada a ser destruída e eliminada... A sociedade tinha deixado de ser familiar, com relações mútuas de afeto e colaboração; tinha se transformado em um ambiente conflituoso, com classes antagônicas em luta.

No caso da França, é muito claro o processo. O absolutismo, iniciado com Filipe o Belo, em princípios do século XIV, se acentuou mais e mais e chegou ao seu auge no reinado de Luís XIV, o Rei Sol, o rei ao qual se atribuiu (aliás falsamente) o dito "*L'état c'est moi*". Luís XIV parecia todo poderoso. Seus antecessores já haviam subjugado a nobreza, e agora ele, em Versailles, mantinha todos os grandes nomes da antiga nobreza feudal gravitando em seu redor, afastados de seus domínios, onde outrora tinham sido "reizinhos". Na verdade, o poder de Luís XIV era ilusório, ele estava enfraquecido, porque tinha perdido seus verdadeiros apoios, suas verdadeiras bases de sustentação.

No caso de Portugal, o absolutismo se acentuou desmedidamente durante o reinado de D. José, pai de D. Maria. D. José deu carta branca a seu ministro Pombal e, durante 27 anos, ocorreu uma verdadeira ditadura em Portugal e, por tabela no Brasil. Foi um regime policalesco e sanguinário, com centenas de prisões preventivas e arbitrarias. Houve pessoas, especialmente jesuítas e membros



da alta nobreza, que ficaram mais de 20 anos presos sem nenhuma acusação e sem nenhum processo formal. Com o pretexto do atentado, Pombal isolou o rei. Cometeu atrocidades sem nome, criando um clima de Terror que, a se prolongar um pouco mais do que se prolongou, poderia ter precipitado Portugal numa verdadeira “revolução francesa”.

Esse o quadro geral em que se insere D. Maria.

Pombal detestava D. Maria, herdeira da Coroa e Princesa do Brasil. Conhecia bem sua personalidade, seu pensamento, sua linha de conduta. Fez tudo para afastá-la da linha de sucessão, instaurando em Portugal a chamada Lei Sálica, que vedava a sucessão feminina. A tradição da monarquia lusa nunca fora a da Lei Sálica, seria mais uma inovação pombalina. Felizmente, ele não conseguiu arrancar de D. José um decreto deserdando a filha.

E que fez D. Maria quando chegou ao trono? Aqui é que entramos, finalmente, no tema da nossa fala que já está chegando ao fim. Ela fez a “Viradeira”, a que aludiu a Dra. Nelly. Ela fez um reinado que, em tudo, se opôs a Pombal e procurou restaurar o velho Portugal, familiar e benquerente. Ela exerceu um papel eminentemente contrarrevolucionário – e aqui, Alteza, eu me refiro especificamente ao papel bem descrito, em seu livro *Revolução e Contra-Revolução*, pelo Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, ao qual V. Alteza e eu, pessoalmente, tanto devemos. Nesse livro, aliás prefaciado pelo pai de V. Alteza, D. Pedro Henrique, é descrito o processo de destruição da Cristandade Medieval ao longo dos últimos séculos, ao qual me referi há pouco. Nesse processo, fica bem claro o papel do absolutismo régio, como preparador da Revolução francesa, que foi a segunda das grandes Revoluções.

Encerro esta breve fala convidando aos presentes a fazerem, junto comigo, um exercício daquilo que, nos Estados Unidos, se chama de “história contra-factual”.

Que é “história contra-factual”? É um estudo da História não como ela se passou, mas como poderia se ter passado. Ou seja, a partir de um conjunto de dados bem conhecidos num determinado contexto histórico, imaginar-se como poderiam ser decorrido os acontecimentos de algum fato importante tivesse acontecido de modo diferente do que aconteceu.

Por exemplo, qual teria sido a evolução da história universal se Roma não tivesse vencido as Guerras Púnicas e, pelo contrário, toda a civilização europeia e ocidental se tivesse desenvolvido sob a égide de Cartago?

Que teria acontecido se a Guerra dos 100 Anos tivesse sido vencida pelos ingleses, e não pelos franceses?

Que teria acontecido se a Invencível Armada não tivesse sido destruída pelas tempestades marítimas, mas tivesse chegado à Inglaterra, destituindo a Isabel I e colocando no trono Maria Stuart, a rainha legítima?

Que teria acontecido no século XX se a Alemanha tivesse vencido a Segun-

da Guerra Mundial e o nacional socialismo se tivesse imposto ao mundo inteiro, em lugar da outra variante de socialismo, a comunista?

São perguntas que podem ser feitas. A tentativa de respondê-las, ou melhor, de divagar livremente sobre elas, é precisamente o que se chama de História contra-factual. É um exercício que não é propriamente história, pertence mais ao campo da imaginação, da literatura. Mas nem por isso deixa de ser interessante, desafiador, apaixonante. E, curiosamente, permite que se tenha uma perspectiva diferente, muito útil até mesmo para os historiadores que estudam história no sentido próprio, metodicamente e sem ceder à imaginação...

Um conhecido historiador inglês, Eric Hobsbawm, tem uma frase célebre: o “se” não faz História, mas ajuda muito a entender a História.

Façamos, pois, um exercício de história contra-factual.

Qual teria sido a história de Portugal e do Brasil se não tivesse existido a *Viradeira*? Se D. Maria não tivesse sido o que foi, e tivesse, pelo contrário, continuado a política de seu pai, dando livre curso às arbitrariedades de Pombal? Se D. Maria tivesse prosseguido a política de seu pai, se ela tivesse dado sequência ao fluxo absolutista pombalino, o que teria acontecido?

No meu modo de entender, Portugal teria seguido os passos da França.

Mais cedo ou mais tarde, teria havido uma reação violenta contra os desmandos da ditadura de Pombal ou de algum ministro igualmente prepotente que o sucedesse. O trono, enfraquecido, não teria resistido. Teria por certo ocorrido uma Revolução Portuguesa, muito parecida com a Francesa, talvez pior, ainda mais cruel e sanguinária.

A Revolução Francesa foi um rio de sangue que dividiu para todo o sempre a França em duas. Essa afirmação, que já vi atribuída a Michelet, julgo ter se originado nas *Mémoires d'outre tombe*, de Chateaubriand. Até hoje, contrariamente ao que a propaganda oficial apregoa, a Revolução Francesa é mal vista por pelo menos metade dos franceses.

Se tivesse ocorrido uma Revolução Portuguesa igualmente traumática, Portugal não teria um “*povo de brandos costumes*” de que falava Eça de Queiroz e Sérgio Buarque de Holanda não teria podido cunhar a expressão de “*brasileiro cordial*”...

Se tivesse ocorrido uma Revolução Portuguesa, por certo a Família Real não teria vindo para o Brasil como veio, em 1808. Não teria sido concluída satisfatoriamente a obra de criação de uma nacionalidade brasileira que se separasse da portuguesa sem traumas, dentro da linha geral de continuidade.

A História é feita de rupturas – quase sempre traumáticas e cobrando seu preço – e de continuidades. A vinda da Família Real e a Independência do Brasil em 1822 se processaram dentro da linha da continuidade. Manteve-se a fé, manteve-se a língua, manteve-se a forma monárquica de governo, manteve-se a dinastia, manteve-se a unidade nacional.



Sem a vinda da Família Real, penso que nem a forma de governo, nem a unidade nacional se teriam preservado. Ter-nos-íamos fragmentado numa série de republiquetas, à maneira de nossos vizinhos hispano-americanos.

Graças à atuação contrarrevolucionária de D. Maria, esse processo desintegrador foi interrompido. Graças a ela, e a seu filho D. João, que sabiamente deu continuidade à obra materna e com grande visão de estadista soube preparar o Brasil para sua emancipação política que se tornava iminente, evitamos o pior. E aqui estamos hoje, duzentos anos depois, caminhando aos trancos e barrancos, mas sem perder a fé, sem perder a esperança de que, apesar de tudo, ainda somos, como se exprimiu Stephan Zweig, o país do futuro.

Isso, muito remotamente, devemos à *Viradeira* de D. Maria I, a grande mulher, a grande soberana que hoje homenageamos.


Alguns registos fotográficos da sessão solene de 8-9-2016



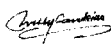








O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
convida V. Exa. / V.Sa. e digníssima família
para a sessão especial em homenagem
à memória de D. Maria I,
Rainha de Portugal, Brasil e Algarves.


Nelly Martins Ferreira Candeias
Presidente

Hino da Independência

Palavras da Dra. Nelly Martins Ferreira Candeias
Presidente do IHGSP

Prof. Ibsen Noronha – Universidade de Coimbra
Dona Maria I. Rainha do Brasil



Sessão Musical
Maestro Samuel Kerr

Prof. Armando Alexandre dos Santos
D. Maria I. visão geral de um reinado esquecido

Palavras de S.A.I.R. Dom Bertrand de Orléans e Bragança
Príncipe Imperial do Brasil

8 de setembro de 2016, quinta-feira, às 15 horas
Rua Benjamin Constant, 158 - Centro
RSVP: adm@ihgsp.org.br

Alguns registros fotográficos da Santa Missa celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Brasil, no dia 8/4/2016

1816 - 2016

S.A.I.R. o Príncipe Dom Luiz de Orleans e Bragança
Chefe da Casa Imperial do Brasil.
Prof. Dr. Nelly Martins Ferreira Casadeias,
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
Comendador António dos Ramos,
Presidente da Casa de Portugal

Hém o honra de convidar V. Excia/V. Sa. para
a Missa de Requiem que fará celebrar em homenagem da alma de
D. Maria I. A. Piedosa
Rainha de Portugal, Brasil e Algarves
pelo transcurso de 190 anos de seu falecimento,
na sexta-feira, oito de abril, às dez horas,
na Igreja Nossa Senhora do Brasil, no Jardim América.
Convidando neste ato a data - evento de março - com o
Domingo de Ramos. Faça-se a celebração para
a semana subsequente à Oitava da Páscoa.

São Paulo, março de 2016

R. S. V. P.
cerimonial@reisiodonamaria.org

Rua Itapetins, 873
Rua Benjamin Constant, 158
Av. da Liberdade, 602
São Paulo - SP



